



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

ATA 04/2024

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão extraordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José Alexandre Serra Sales e secretariada por Anabela Delgado Zarro Balau, 1ª. Secretária da Mesa. -----

*Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, Carolina Maria Pires da Silva, João Pedro Azevedo Pessa, Pedro Miguel Pinto Marques, Valter José Lameiro Soares, José Carlos Petisca Pereira, Ricardo Jorge Batista dos Santos e Ricardo António Mafra Germano Esgaio - **eleitos pelo Partido Socialista**; Tânia Gandaio da Silva, António Absalão Ova dos Santos, Ruben José Codinha Chalabardo, Rui Pedro Marques Venâncio, António Manuel Silvério Teixeira e Edmundo José Couto Barbosa - **eleitos pelo Partido Social Democrata**; Cláudio Miguel Lopes Peça, Helena Isabel Copa da Silva e Samuel António Constantino Fialho - **eleitos pela Coligação Democrática Unitária**; Telma Laborinho Ferreira - **eleita pelo Bloco de Esquerda**; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, respetivamente, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, e da Nazaré, e a Senhora Elsa Margarida Oliveira Lino Nascimento, representante legal do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----*

- O Senhor Presidente da Assembleia, José Sales, começou por pedir desculpa pelo atraso da sessão por motivo de terem que reunir antes da mesma se iniciar. -----

***Solicitaram a substituição os Senhores:** Jorge Ribeiro (BE); Helena Vaz (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Cândida Coelho (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Sofia Branco (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Nuno Santos (PSD); Vasco Sousa (CDU); Susana Dinis (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Florentino Simões (PSD); Daniel Meco (PS); Sara Vidal (CDU). -----*

*Esteve presente o **executivo camarário**, composto pelo Senhor Vice-Presidente Orlando Rodrigues, e Presidente em exercício nesta sessão, Regina Piedade, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis, António Caria e Salvador Formiga. -----*

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Sequeira, não pôde estar presente na sessão da Assembleia, por se encontrar ausente do País, em representação do Município. -----

- Não houve inscrições e/ou intervenção por parte do público. -----
- **O Senhor Presidente da Assembleia**, fez referência a uma pequena alteração, dizendo que o período de intervenção do público, que se encontrava na parte final, mas que por alteração existente em Regimento, foi passado para o início da sessão. -----
- Deu conhecimento da apresentação da **renúncia ao mandato** de eleito como Membro da Assembleia Municipal e como 1.º Secretário da Mesa, por parte do Senhor João Nunes Vieira, que foi substituído como membro pelo Senhor José Pereira. -----
- Face à renúncia ao mandato do Senhor João Nunes Vieira, a Senhora Anabela Delgado Zarro Balau passou, nos termos do Regimento em vigor, a ocupar o lugar de 1.ª Secretária, tendo-se procedido à eleição do 2.º Secretário da Mesa: -----
- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para dizer que, em Comissão Permanente, tinham acordado que antes de começar a Assembleia, se colocaria a questão sobre se a Mesa teria legitimidade para se iniciar e se tal não se verificasse, não se poderia compor a Mesa. -----
- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que disse que a tolerância dos trinta minutos foi ultrapassada, logo, a Assembleia não se deveria realizar. **Intervio o Senhor Presidente da Assembleia** para referir, que a hora foi ultrapassada, porque os líderes de bancada, estiveram reunidos com ele. -----
- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, para dar conta que, a meia hora foi ultrapassada porque o Senhor Presidente, esteve 15 minutos a falar, sem se reunir e que a sessão começava às vinte e trinta minutos e não às vinte e uma horas. **Que**, por esse motivo, a meia hora foi ultrapassada. **Que se tivesse começado a reunião com os líderes às vinte e trinta, essa meia hora não teria sido ultrapassada! Que**, se queria ter a reunião de líderes, solicitava que viessem dez minutos antes, para fazer a reunião. **Que**, os membros se encontravam na sala às vinte e trinta, e que não são obrigados a estar à espera, sem conhecimento de nada! Acrescentou, que a Assembleia, não teria legitimidade para acontecer e que espera ouvir da jurista da Câmara Dra. Helena Pola, se efetivamente teria ou não razão! -----
- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para dizer que, estava a falar sobre a constituição da Mesa e que no entender da Bancada do PSD, a partir do momento que o Senhor Presidente, apresentou a sua renúncia, consideraram que não haveria maneira de voltar atrás. -----
- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, para dizer que, queria começar a sessão do início, mas como a Senhora Deputada entrevistou, preferiu começar por dizer: que na segunda-feira passada, depararam com um parecer da CCDRLVT sobre a questão do Senhor Deputado João Vieira, sobre um pedido de parecer da CDU, questionando o contrato do mesmo – se havia incompatibilidade entre o contrato do Senhor Deputado e a Assembleia, ao que foi respondido que o mesmo seria nulo por ocupar as duas funções.

Que, nessa segunda-feira tiveram Comissão Permanente. Que, nessa manhã tinha estado com a Dra. Helena Pola, com o Senhor João Vieira e o Senhor Presidente da Câmara. Que, nessa reunião, o Senhor João Vieira colocou o seu lugar à disposição na Assembleia Municipal, pedindo a sua renúncia. Que, essa situação, desencadeou uma série de situações, sendo que o mesmo também fazia parte da Mesa da Assembleia. Que, nessa Comissão Permanente, levou essa questão, onde se conversou e que tinha também “o conforto” do apoio jurídico, e que poderiam acontecer duas situações: a primeira, a substituição do membro da Assembleia na Mesa, e a outra a eleição de uma nova Mesa. Referenciou também, que aquela situação da Mesa foi colocada porque ainda se estaria à espera de um parecer da renúncia da Senhora Celeste Cardador. Nessa conformidade, se conversou em Comissão Permanente, fazer uma nova eleição de Mesa, de forma a evitar mais dúvidas. Que, nesse seguimento, enviou um e-mail aos membros da Assembleia, a solicitar a sua renúncia à mesa, mas que na manhã seguinte, se aperceberam que tal situação não faria sentido. Que, enviou novo e-mail, a solicitar que aquele pedido de renúncia ficasse sem efeito, sobre o qual ninguém disse absolutamente nada. -----

- Usou da palavra a Dra. Tânia Gandaio, para dizer que, não tinha dito que concordava com a renúncia e que se a CDU pediu parecer à CCDRLVT, terá sido porque na sua eleição em dezembro, o PSD levantou essa questão em sede de Assembleia, e que também pediram à Dra. Helena Pola, que deu o seu parecer, dizendo que entendia que não havia incompatibilidade. Que, fique esclarecido que o PSD, se preocupou com a situação do Senhor Deputado João Vieira, sendo que desde o primeiro momento, e sabendo da Lei, tentaram alertar a Mesa para o que poderia vir a acontecer. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente, para dizer que, tudo o que disse, foram factos e que a CDU apresentou o parecer. -----

- Sobre o atraso da questão da Assembleia, disse que optou, por conversar antes de começar a sessão e foi por isso que se atrasaram cinco minutos, pedindo as suas desculpas. Que, reuniram no sentido de tentar “desenvencilhar esse novelo”, onde foi colocada a mesma questão havendo uma maioria clara, pela substituição do membro. --

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, que começou por dizer que, irrevogável na vida, existe muito pouca coisa! Que, uma declaração, será uma declaração unilateral, de vontade, que obviamente pode ser revertida pelo próprio. Que mau seria, se num estado democrático, assim não fosse – que a pessoa tem todo o direito de mudar de opinião e terá de o formalizar nesse sentido. Que, houve apresentação formal de renúncia, e depois houve uma declaração de dar sem efeito essa renúncia, que até terá sido justificada, como uma má interpretação da parte do Senhor Presidente da Assembleia, daquilo que teria ficado acordado, na reunião de Comissão Permanente. Que, se terá de entender, que essa renúncia parte do facto do Senhor Presidente ter feito essa interpretação, e que seria isso que, teria ficado combinado. Que, ele estaria no fundo, a dar materialidade a uma decisão tomada em Comissão Permanente, sendo essa a sua interpretação. Mas que, essa interpretação não estaria certa e assim que se apercebeu disso, assim que se foi alertado para essa situação, pela CDU, de imediato, o Senhor Presidente tomou a decisão de notificar todos da sua intenção de dar sem efeito. Que, se dando sem efeito, se manterá, na posição que detém. -----

- *Que, relativamente aos trinta minutos, e face ao que consta do Regimento no seu artigo trinta, número dois “... feita a chamada e verificada a inexistência de quórum, decorrerá um período máximo de 30 minutos sobre a hora da referida convocatória, para aquele se poder concretizar. Esgotado esse tempo, caso persista a falta de quórum, o presidente considerará a convocação sem efeito e anunciará, de imediato, nova data para a sessão”. Que a mesma não começou a horas, mas que foi dada ao Órgão a justificação para tal, tendo a ver com a reunião com os líderes de bancada e que no fundo acabou por ter uma representação daquilo que faz parte da Assembleia, em termos de Comissão Permanente. Que, quando se considera, que existe uma convocatória ilegal, e se ninguém manifestar oposição, o ato poderá continuar. Que, se alguém manifestar oposição, não poderá continuar.* -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que acrescentou que o que se passou hoje ali na Assembleia, será totalmente ilegal, porque a mesma seria para começar às vinte e trinta, não começou, e que às vinte e quarenta e cinco, o Senhor Presidente, e os líderes foram ter a dita reunião, passando já quinze minutos. Que, os membros merecem respeito. Que, se encontrava lá a horas, e que a sessão não começou às vinte e trinta. Que, para ele, essa convocatória, será ilegal, e que gostaria de saber se a Assembleia se poderá realizar. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, para dizer que nos termos do artigo trinta, número dois, do regimento, que podia. -----

- **Usou da palavra a Dra. Tânia Gandaio**, que questionou a Dra. Helena Pola, sobre a questão da irrevogabilidade, perguntando-lhe onde se tinha baseado? Na Lei? **Respondeu a Dra. Helena Pola**, que com toda a certeza! **Prosseguiu a Dra. Tânia Gandaio**, solicitando que a mesma discriminasse, esse artigo da Lei. **Respondeu a Dra. Helena Pola**, que em termos legais, se encontra na Lei 169/99, relativamente à renúncia, e que estará também plasmado no Regimento, que existe que qualquer membro eleito, a possibilidade de querer renunciar ao mandato. -----

- **Usou da palavra a Dra. Tânia Gandaio**, para dizer, que também poderão pedir pareceres, uma vez que só tinham o entendimento da Dra. Helena Pola, tendo-se verificado que estaria errado, fazendo com que o Senhor João Vieira, entendesse que podia assinar o contrato, cujo parecer, que chegou constata que será ilegal, e que enquanto Deputada de a Assembleia poder pôr em causa, as opiniões das outras juristas, que serão pagas para fazer o seu trabalho, e que ela se encontraria ali para pôr em causa o que se passa ali na Assembleia, sendo paga para fiscalizar o que se fará na Assembleia.

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que começou por cumprimentar todos e disse que, concorda com o Senhor Dr. Absalão, na medida que devia ter sido dito aos restantes deputados e que no seu grupo, conseguiu mandar uma mensagem a dar conhecimento do que se estaria a passar, mas que daí a se pôr em causa a sessão achou que se deveria pôr a mão na consciência, porque os pontos que se irão votar e que terão de ter em consideração, serão as AEC's. Que, sendo esse o tema principal da sessão extraordinária e que lembrou do que aconteceu o ano passado – que foi graças também à CDU, que essa questão foi levada à Assembleia, porque de outra forma, haveria mais uma situação para resolver, e que agora, o executivo e bem, traz a proposta,

atempadamente, para se preparar as coisas, de forma a que as crianças terem tudo resolvido. Que, pondo a mão na consciência em relação às questões que se irão tratar, achou que seria muito importante que a sessão se realizasse. -----

- Que relativamente ao tema “boa fé”, disse que de facto, na Comissão Permanente, o que o Senhor Presidente da Assembleia fez, foi um ato de boa fé, na medida em que colocou nessa reunião dois cenários e que na altura a CDU com os dados que tinha, em que a Mesa deveria “cair”, não nos termos em que depois executaram o processo, mas que para eles, o Senhor Presidente continua a ter legitimidade. Que, se for para se estar de boa fé, para resolver os problemas dos Municípios, inquirindo quando se achar necessário, mas que o que pretende, será discutir política e não coisas jurídicas. Que não será jurista, que não lhe pagam para ser jurista, e que quando veio para a Assembleia, veio com a perspectiva de poder debater os problemas que realmente afetam os jovens, o desemprego, a falta de habitação, e que da parte da CDU, a sessão terá de se realizar. –

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para dizer que, no âmbito do que já tinha pedido em Comissão Permanente e uma vez que não existe Período de Antes da Ordem do Dia, e uma vez que terá a ver com o ponto, que ficasse em Ata, que a Bancada do PSD, questiona e solicita informação, sobre se existirá na Assembleia, outros membros que estejam com algum contrato de prestação de serviços com o Município, Serviços Municipalizados ou com a Nazaré Qualifica? -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa, que começou por dizer que, a Senhora Anabela Balau, passará a 1ª Secretária da Mesa e que propõe o nome da Senhora Carolina Silva, para compor a Mesa, com a função de 2º. Secretária. -----

- Foi apresentada uma lista única, denominada Lista A, e proposto o nome do membro Carolina Maria Pires da Silva, para 2º. Secretário da Mesa. -----

Aprovada por maioria a Lista A, com dezasseis votos SIM; dois votos NÃO e cinco ABSTENÇÕES, sendo aprovado o nome de Carolina Maria Pires da Silva, para 2º. Secretária da Mesa. -----

Constituição da Mesa da Assembleia:

Presidente: José Alexandre Serra Sales

1º. Secretária: Anabela Delgado Zarro Balau

2º. Secretário: Carolina Maria Pires da Silva

- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente Orlando Rodrigues, para dar nota que o Senhor Presidente da Câmara se encontrava em representação do Município, no âmbito da OesteCim, durante uns dias, com todos os Presidentes de Câmara e com o Diretor Executivo do Órgão, e que fizeram uma visita a Cabo Verde, mas com os atrasados da viagem, não foi possível chegar a tempo da sessão, enviando as suas desculpas. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA:

1 - 2ª. ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 1ª. ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PAM (Apreciação e votação)

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho:

“- Assistimos a mais uma modificação orçamental, depois de tantas alterações orçamentais que vamos vendo aparecerem nas reuniões do executivo, o que denota, claramente, a falta de rigor na elaboração dos documentos previsionais e das consequências que isso traz para o cumprimento das muitas necessidades que sempre lá são colocadas, mas que demoram eternidades a ver a sua concretização, por via das alterações introduzidas por novas propostas que não foram bem calculadas e, por vezes, nem identificadas. Tal como foi referido na reunião de câmara pelo nosso vereador, este assunto, que à primeira vista parece ser de fácil compreensão, deve ter algumas explicações também a esta assembleia por parte do executivo, nomeadamente no que se refere à rubrica de onde sai a verba para fazer face aos pagamentos à empresa a contratar para as AECs, e que, por isso, obrigam à alteração do Plano de Atividades Municipal (PAM). A rubrica do PAM a modificar é a das Funções Sociais na parte que estava dotada com 500 mil euros e de que fazem parte, entre outras, a Habitação e Serviços Coletivos. Num momento em que existe reconhecida falta de habitação social e em que o executivo tem em marcha uma candidatura já aprovada, para construção de fogos no concelho, as questões que colocamos também aqui, agora que passaram alguns dias e, por isso, pode haver novidades, são estas: 1 – Que impacto pode ter esta alteração modificativa nos planos de construção de habitação e nos serviços coletivos no concelho durante este ano, após a retirada de verba da referida rubrica? 2 – Esta modificação orçamental no PAM tem algum impacto no protocolo assinado com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) ao abrigo do PRR ou nos prazos que se têm de cumprir? Aguardamos as devidas respostas... ”. -----

- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para prestar esclarecimentos: *que o orçamento apresentado não será completamente diferente, como proferiu o Senhor Deputado Samuel Fialho, sendo verdade que existem diferenciações sobre o que estaria projetado, mas que em relação em particular às AEC's, seria importante dizer que, no ano passado, por iniciativa do executivo do Partido Socialista que, se tomou a decisão política, pensar as AEC's como sendo uma contratação direta e não uma contratação via Empresa externa, tendo que ir a reunião de Câmara, em que foi necessário fazer uma alteração aos quadros de pessoal, uma alteração orçamental e por essa razão, sim, será diferente. Que existiu uma modalidade diferente – que foram dadas instruções, creê que em fevereiro/março, para que os Recursos Humanos, fizessem uma avaliação daquilo que seriam as despesas, no caso de contratação dos Técnicos das Atividades Extracurriculares, diretamente pelo Município, porque seria necessário fazer concurso*

público, tendo-se percebido que, seria mais dispendioso para o mesmo, a contratação direta do que propriamente a indireta. Que, mesmo que quisessem ponderar, uma contratação direta, por parte do Município, dificilmente essa proposta seria aprovada, pela Comissão Executiva do FAM, pela DGAL, pela IGF ou quaisquer outras entidades financeiras que suportassem um incremento de despesa, não sendo viável. Fez referencia que o futebol foi a custo zero para o Município da Nazaré e no que diz respeito ao SURF, sendo o que mais divulga a Nazaré, e o Concelho, lá fora, num valor de 50 ou 60 mil euros, valor que se paga para o evento de ondas gigantes, promovido pela WSL. -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, que começou por dizer que a revisão orçamental em termos de serviços técnicos, que dirige, terá sido uma questão colocada, porque a quando da elaboração do orçamento, não se previa a contratação através de uma empresa externa. Que, o orçamento começa a ser elaborado internamente por volta do mês de setembro, começando-se a colher os contributos das várias divisões e setores, da Câmara, e que quando se chegou à Educação, na altura à data, não seria essa a expectativa, não sendo o que foi plasmado na proposta do orçamento. Que, tendo em conta ser o que agora se propõe, em manter a contratação de uma empresa externa, e que por uma questão de contabilidade analítica e de correção, deverá ser aberto esse projeto que não existia, daí ser uma alteração modificativa – uma revisão orçamental. Que, de onde está a ser retirada a verba necessária para essa modificação ao orçamento, é do ...” plano de atividades municipais o projeto 21 de 2022, rubrica 0102 0405 00103 – transferências correntes, Administração Local – Serviços Autónomos da Administração Local – Transferências e Subsídios Correntes, ou seja, essa conta de onde estará a sair, será da conta onde supostamente, sairia a verba para transferir para os Serviços Municipalizados, quinhentos mil euros, dotado inicialmente, para fazer face às despesas coma a limpeza, área delegada nos Serviços Municipalizados, mas que não houve à data nenhum envelope financeiro que acompanhasse esse domínio de ação, e sendo uma área onde não existe receita. Que, a Câmara como entidade, responsável pelo serviço de limpeza, encarregando outrem, deverá fazer face à despesa que na altura foi calculada em quinhentos mil euros. Que, nesta altura, já retiraram esse valor e que, portanto, será daí que irá sair a verba. Que, irão ser transferidos, a menos, para os Serviços Municipalizados da Nazaré, cento e trinta e dois mil euros. Mas, que, entretanto, houve já uma alteração orçamental, que também retirou, parte dessa verba. Que, no segundo documento, onde será criado o plano, realmente começa com funções sociais, educação, serviços auxiliares de ensino, etc., mas o que interessa e releva, que tem a verba dos quinhentos mil, onde consta a rubrica 01 02 02 0220 que será Atividades de Enriquecimento Curricular, de Animação e de Apoio à Família e Complemento de Apoio à Família, sendo essa que estará a ser reforçada, e que será o projeto concreto que foi criado. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que agradeceu os esclarecimentos prestados, mas que ainda assim a questão se mantém: que se estará a retirar valor aos Serviços Municipalizados – criará impacto? Que impactos veem daí?

- Quis fazer referencia aos cinquenta mil euros, e disse que, realmente ao Senhor Vice-Presidente não custará dar esse dinheiro, mas que acha extraordinário, será o facto de se fazer contas ao gasóleo, ao solicitado sobre as pessoas de Fanhais se deslocarem à

Nazaré, ao domingo, em transporte urbano. Que, serão questões políticas interessantes, de se debaterem. Que, até que ponto, ou quando, se inverterá o paradigma, em que se deixará de pagar, de investir, dinheiro para virem realizar eventos, e passam a pagar essas marcas, elas próprias, à Nazaré, para cá os realizarem? Que, se tem o monopólio da onda gigante, e passados 10/11 anos sobre o brutal investimento feito nesse setor, que seria mais do que tempo, se ter algum retorno. -----

- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, que começou por dizer que quando se fala em retorno, que obviamente o Município da Nazaré poderá olhar para esse modelo, como um modelo, que tenha retorno direto. Que isso já estará a ser feito, porque se estará a alugar pavilhões, quando solicitadas por entidades que não pertencem ao Concelho. Que, existem muitas entidades individuais e coletivas, empresariais, que tirarão muito mais valias do que aquilo que se estará a falar. O que era a Nazaré, há doze anos atrás? Não será a mesma de agora! Que, reforça que, se houve alguém que se esforçou, para aquilo que seria o esforço dos Serviços Municipalizados, com a delegação de competências da limpeza pedonal, sem contrapartida financeira, mas que isso aconteceu no passado. Que, a verba referenciada estava em orçamento e que acredita que foi paga. Que, este ano, se vive um cenário se prevê igualmente, uma quebra de IMT, e que terá impactos orçamentais e na receita que se encontra prevista e que se terão de fazer reformulações. Que relativamente ao que foi dito sobre as carreiras para Fanhais, disse que, tiveram três utilizações, que foram feitas, cento e poucas carreiras, para serem utilizadas por treze pessoas. Que, obviamente haverá constrangimentos nos Serviços Municipalizados. Que, no momento, os Serviços Municipalizados conseguem ter capacidade, de absorção dos impactos. Que, pode não ter capacidade do investimento que pretendia fazer, mesmo em termos orçamentais, mas que já o ano passado, mesmo com o Ascensor fechado, deram uma mais valia financeira de setecentos mil euros, que ajudou a atenuar aquilo que será o deficit municipal. Que, a meio do ano, não terão previsto qualquer tipo de impacto negativo, em termos financeiros da parte dos Serviços Municipalizados, nem previsões de constrangimentos orçamentais relevantes e que o que importa, será ir resolvendo os problemas, olhando para as prioridades. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que relativamente ao que o Senhor Vice-Presidente disse, referiu que a política será saber fazer os equilíbrios, e que se terá de pensar também não só num lado, mas também nos outros, porque nem toda a gente será empresário do setor turístico e que essas pessoas também terão de ser defendidas. Que, trazer pessoas para a Nazaré, será fácil. O mais difícil será dar-lhes qualidade, fazer com que queiram regressar, que tenham uma boa experiência.

Pelas vinte e uma hora e cinquenta e sete minutos, o Senhor Deputado António Absalão, retirou-se da sessão e não votou os pontos da Ordem do Dia. -----

- Aprovada por maioria com doze votos a favor e dez abstenções. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio que fez uma Declaração de Voto:

“Que esta modificação do Orçamento na opinião da Bancada do PSD, demonstra que passados 12 anos continua a haver um desnorte, relativamente à gestão deste Município.

Numa área tão essencial e tão importante como a área das AEC's e passados doze anos e depois de todos os cenários já experimentados, continuam agora a fazer, e só agora, passados os tais doze anos, é que supostamente terão inserido no orçamento uma rubrica para este setor. Que, também a nossa abstenção vai de encontro o defraudar da expectativa de 25 pessoas que, nós na última Assembleia também tínhamos falado na possibilidade de colocação dessas pessoas, no quadro, e da expectativa criadas. Que, compreendem que as questões financeiras também estarão em causa, mas que são 25 famílias e que algumas delas tiveram que se ausentar e que algumas delas tiveram que escolher outras profissões. Um agradecimento às que estiveram a dedicar o seu tempo às AEC's nos últimos anos. Que, esta empresa, sabem que já passou de bestial a besta, e que não têm a certeza se será agora que se escolheu a empresa certa, se é agora que a empresa escolheu os funcionários certos, mas que querem acreditar, que sim, daí o voto não ser contra, mas sim pela abstenção". -----

2 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF), COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF), PARA O ANO LETIVO 2024/2025 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS E EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O ANO 2025 (Apreciação e votação). -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que depois de cumprimentar todos quis colocar algumas dúvidas: -----

1 – Qual foi o balanço que o executivo fez, da prestação de serviços da Associação Tempos Brilhantes no ano letivo que acabou? -----

a) – Se todo o acordo foi salvaguardado, tanto para a parte dos trabalhadores e trabalhadoras, das AEC's quer para a salvaguarda dos interesses fundamentais de todas as crianças? -----

b – Perceber, se isso foi averiguado, na íntegra e se o acordo da entidade Tempos Brilhantes com a Câmara Municipal foi cumprido e se foi respeitado? -----

2 – O caminho desse projeto, das AEC's, não será para ser feito através do Município?

- Interveio o Senhor Vice-Presidente para dizer que no momento não será. Que será feita uma contratação gerida pelo Município, mas não de uma afetação de recursos humanos afeta ao Município. Perguntou a Senhora Deputada Telma Ferreira, se irá haver um contrato entre o Município e uma nova entidade? Essa nova entidade, irá gerir esse projeto? O Senhor Vice-Presidente, respondeu que essa nova entidade irá cumprir aquilo que se encontrar no caderno de encargos. Continuou a Senhora Deputada Telma Ferreira, para solicitar se seria possível fazer um balanço sobre o ano anterior? -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho: que começou por dizer que sobre este tema também acompanham a preocupação do bloco de Esquerda. Que, em relação à experiência do ano letivo anterior, às práticas e compromissos assumidos pela entidade “Tempos Brilhantes” que muita coisa falhou, na perspetiva da CDU, e que sempre se debateram pela transparência nos processos, das garantias salariais, relações de trabalho justas para os técnicos, assim como exigiu reuniões de apresentações aos pais,

encarregados de educação sobre o projeto a desenvolver, e que nada disso, aconteceu! Que, sabem que existiram várias reclamações apresentadas nos estabelecimentos escolares, sobre algumas condutas inapropriadas, e que nada lhes foi reportado e perguntou ao executivo se terá conhecimento dessas situações? Que, sempre que a CDU trazia, nomeadamente nas reuniões de Câmara o assunto, diziam que tudo estaria a correr “às mil maravilhas” e que todos estavam agradados com o serviço. Que, por outro lado, existem questões políticas de fundo, e que acha, que seriam interessantes debater ali e que sempre os afastaram dessa lógica e que para eles se tem provado serem erráticas. Que, as AEC's não deveriam ser nunca uma matéria à parte do currículo e programa normal de estudos, mas sim, matéria, indissociável dos mesmos. Que isso, levaria ao reforço e colocação de professores, à valorização dos mesmos, e à não minimização da sua categoria profissional. Que, da forma como as coisas estão, não se protegem os profissionais, independentemente da categoria que ocupam, que não se protegem os alunos e que se descarateriza e desvaloriza essas áreas de enriquecimento curricular. -----

- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, Orlando Rodrigues, começou por responder ao BE, dizendo que o balanço foi feito através de uma reunião intercalar e que quando ficou com o pelouro da Educação ficou surpreso ao verificar que todos os intervenientes diretos no processo, à exceção do Município estavam muito tranquilos com o processo – o Agrupamento de Escolas, os próprios professores e a Associação de Pais, em relação ao modelo que estaria a ser implementado. Que, confessa que na Câmara tiveram alguma dificuldade em ajustar alguns processos, mas que, felizmente, até pela experiência que a entidade terá, nessa matéria, se conseguiu chegar a um modelo que, segundo a própria Direção do Agrupamento, será um modelo a implementar no futuro. Que, não houve intervenção direta do Município. Que, nas Atividades Extracurriculares, se desenvolve conteúdos pedagógicos de forma lúdica. Que, se a empresa começou o processo menos bem, mas olhando para o modelo atual, teve melhorias e as coisas vão evoluindo, e funcionando. -----

*- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que questionou se o executivo já se encontra em fase de análise ou se já terá alguma confirmação sobre a entidade que irá dar continuidade a esse projeto? **Intervio o Senhor Vice-Presidente** para dizer que, ainda não foi tomada nenhuma decisão, mas que o que foi feito, foi pedir a cotação a várias entidades externas, e que tendo como referência aquilo que era o preço/padrão apresentado, fizeram o modelo para se tentar ter rubrica orçamental para se poder fazer a contratualização para o próximo ano letivo. Que, será importante que a Ata, do Conselho Geral do Agrupamento vincule aquilo que poderá ser a posição do Município.*

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que quis esclarecer: que não se deverá ter medo dos debates ideológicos, e que na perspetiva da CDU, a arte será um fator, absolutamente decisivo para o desenvolvimento de um indevido pleno de direito, de consciência e de pleno de inteligência e será nesse sentido que acham que não devia ser uma atividade extracurricular, mas fazer parte do currículo. Que, sabem bem porque existe falta de professores, oriundas de um conjunto de políticas e que levou que essa situação acontecesse e que voltou a perguntar, se o executivo tem algum conhecimento de reclamações feitas nos estabelecimentos de ensino? -----

- Usou da palavra o Senhor vice-Presidente para dizer que se encontra nesse pelouro há pouco tempo e que lhe tenham chegado reclamações em relação a essa área, respondeu que não! Que, não existe faltas de professores, existe sim falta de condições de trabalho. -----

Aprovada por maioria com dezassete votos a favor e cinco abstenções. -----

- Intervenção da CDU para o Ponto 2:

“- Além dos aspetos políticos deste tipo de contratos, já sobejamente referidos por nós, por não concordarmos com estas formas de promover as AECs no concelho, ou no país, fora do serviço público de ensino, recorrendo-se a empresas privadas que, ainda que digam que não, só podem lucrar com este tipo de serviços prestados. Porque também acompanhámos queixas de trabalhadores que se mostraram desagradados pela forma como a empresa não tratou as suas justas reclamações, promovendo, ao contrário, o seu despedimento ou a não assinatura de contrato de trabalho. Tendo ainda havido claras e inequívocas manifestações de desagrado de muitos pais de alunos que frequentaram aqueles serviços de apoio aos seus filhos, por não serem recebidos nem reunirem com a empresa para entenderem certos procedimentos, mesmo tendo a empresa informado que os iria receber com frequência. Pelo que nos foi transmitido, também não reuniu com a associação de pais como julgamos deveria ter feito com frequência, para através desta chegar aos pais dos alunos abrangidos pelo contrato. São, pois, as razões que nos levam a não votar a favor desta contratação e do necessário pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais”. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----
